

Eleição para conselho tutelar é impugnada

Suspeitas de irregularidade em votação, no domingo, levaram ao cancelamento

FABIO DIAMANTE
e EVANILDO DA SILVEIRA

Sob pressão do Ministério Público Estadual (MPE), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – órgão da Prefeitura de São Paulo – impugnou ontem a eleição para os 34 Conselhos Tutelares do Município, realizada domingo. Foram constatadas várias irregularidades durante a votação e a apuração. Promotores ingressaram ontem com ação civil pública na Vara Central da Infância e Juventude para que a Justiça declare nula a eleição.

Segundo o conselho, uma nova eleição será marcada. Uma resolução com a data deverá ser publicada no *Diário Oficial* do Município, dentro de dez dias.

A ação do MPE só perderá o objeto caso o conselho atenda a todos os pedidos feitos liminarmente à Justiça pelos promotores Motauro Ciochetti de Souza e Vidal Serrano Nunes Júnior. Os membros do MPE querem ainda que a Prefeitura forneça todos “os recursos materiais e humanos necessários para a adequada realização do pleito”. Para os promotores, a principal causa das irregularidades na eleição foi a pouca es-

trutura providenciada pelo Executivo municipal. “O ideal é que o pleito fosse realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE)”, afirmou Nunes Júnior. Para que isso ocorra, a Prefeitura teria de assinar convênio com o TRE.

As eleições de domingo deveriam ter escolhido os 170 conselheiros tutelares para um novo mandato de três anos. Foram constatadas, no entanto, várias irregularidades, como o sumiço e a troca de urnas. O número de votos também não batia com a lista de eleitores. “Ocorreram ainda casos em que o local de votação demorou para abrir ou fechou mais cedo pela falta de cédulas”, disse a primeira secretária do Conselho, Donna Fernandes. Candidatos registrados por uma região tinham os nomes em cédulas de outra área.

A presidente do Clube de Mães da região da Avenida Luís Carlos Berrini, Lucy dos Santos Diogo, candidata ao conselho de Pinheiros, na zona oeste, disse

que foi testemunha de irregularidades. “O número de votos não bateu com a lista de eleitores.”

O cargo de conselheiro tutelar – remunerado em R\$ 1.280,00 mensais – foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre as atribuições estão receber denúncias de violência, atender casos de exploração e prostituição infantil e auxiliar na procura de vagas em escolas e creches.

HOUVE
SUMIÇO E
TROCA DE
URNAS

